

## A luta por melhores condições de trabalho e a defesa da Educação pública: desafios recorrentes que enfrentamos na universidade

O primeiro semestre deste ano foi marcante pela importante e legítima luta em defesa da educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada. Os trabalhadores Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) da rede federal de ensino, iniciaram uma greve ainda no mês de março, que durou 4 meses, sendo um amplo movimento dos trabalhadores da base. Por sua vez, entre março e abril a categoria docente começou a debater a possibilidade da construção da greve unificada, iniciando um período histórico de luta da categoria. No final do mês de abril 39 instituições estavam em greve, chegando ao encerramento da mesma em junho, depois de 74 dias, com, pelo menos, 62 Instituições Federais de Ensino paralisadas total ou parcialmente. Importante destacar a defesa do ensino público, o descontingenciamento e aumento do orçamento para a educação das instituições federais de ensino, a recuperação ou manutenção de alguns direitos já conquistados, melhorias das condições de trabalho e da carreira dos profissionais da educação e das estruturas dos espaços universitários. Ademais, o processo de privatização evidenciado no ensino superior e em outros níveis da educação, nos preocupa de maneira muito significativa e foi pauta da discussão durante a greve nacional das categorias.

Localmente, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a partir do ano de 2022, se organizou um forte coletivo denominado *Docentes em Luta!*, que em 2024, na conjuntura de greve, passou a se denominar *Mobilização Docente UFSC*, com intuito de fortalecer o movimento nacional de luta. Em 30 de abril, se realizou uma assembleia com pauta única de greve deflagrando-se a mesma. Durante esse período aconteceram muitas atividades, debates sobre a carreira docente, o processo das aposentadorias, análise conjuntural etc. Também se realizaram atividade em conjunto com os TAEs/UFSC e o movimento estudantil. A força da unidade das categorias expressou o fortalecimento do movimento e unificação de

várias demandas e identificação de problemas locais, tanto do Ensino Superior como da Educação Básica. É notória a degradação da universidade nos últimos anos e a contínua precarização das condições de trabalho dos(as) docentes. Para além da greve de docentes e TAEs, na UFSC também tivemos uma intensa mobilização de estudantes em distintos cursos. Entre os desafios colocados para as três categorias estiveram as negociações e embates com o sindicato de docentes da UFSC - APUFSC - e com o Conselho Universitário (CUn) ao tratar do rumo do calendário acadêmico de 2024.

Outra questão que tem preocupado muito a sociedade, impactado a educação, e que já foi objeto de nossas discussões em editorial no ano de 2023 (Carvalho; Triches; Bergmann; Torriglia, 2023), diz respeito às mudanças climáticas no Brasil e no mundo, em especial com as enchentes que ocorreram no Rio Grande do Sul. Em maio de 2024 tivemos novamente mais uma situação dramática de cheias envolvendo vários municípios do Estado do Rio Grande do Sul, com fortes impactos na capital Porto Alegre, que ficou com o centro da cidade e vários bairros inundados por quase 30 dias, incluindo aeroporto, rodoviária, escolas e prédios públicos, além da destruição de várias estradas.

Ao mesmo tempo, temos convivido com uma série de incêndios florestais no centro-oeste, sudeste e norte do país, causados pela seca persistente dos últimos anos, mas, também ocasionadas pela ação humana, portanto, com indícios de incêndios criminosos. Uma situação caótica, inimaginável até pouco tempo atrás, mas que parece estar cada vez mais presente no nosso contexto atual, exigindo ações concretas e imediatas do poder público com relação à infra-estrutura das cidades e prevenção de catástrofes ambientais. A educação ambiental representa uma importante estratégia neste processo, mas não resolverá sozinha, pois a crise colocada é consequência do tipo de desenvolvimento econômico em que vivemos. Mais uma vez, cabe lembrar a denúncia feita por Iorio, Magno e Umbuzeiro (2022, p. 16), ao discutirem a mercantilização da natureza via licenciamentos ambientais em atendimento aos interesses do capital: as “alterações legais e institucionais” sobre o licenciamento ambiental ocorridas nas últimas décadas, têm contribuído “na redução da capacidade de os órgãos de controle ambiental analisarem mais detalhadamente condições de elevação de riscos dos empreendimentos, e uma elevação do poder corporativo do capital”.

Para além do exposto, cabe retomar um ponto discutido em nosso primeiro editorial deste ano (Triches; Carvalho; Bergmann; Torriglia, 2024), quando tratamos do Parecer n. 4/2024, que anunciava novas Diretrizes para formação de professores para educação básica (Brasil, 2024a). Em 29 de maio tivemos por parte do MEC a publicação da Resolução n. 4/2024, que homologou o parecer citado, dispondo “sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura)” (Brasil, 2024b). Esta Resolução, que revoga a de n. 2/2019 (Brasil, 2019), corresponde a terceira Resolução para formação de professores em menos de 10 anos ou a quinta desde os anos 2000 (Brasil, 2002; 2006; 2015; 2019; 2024b). Como ficam as instituições formadoras, licenciandos(as) e redes de ensino tendo de realizar ou interpretar tantas mudanças curriculares em tão curto espaço de tempo?

Movimentos de educadores têm se manifestado sobre a publicação da nova Resolução, anunciando alguns dos seus problemas (Anfope, 2024; RePPed, 2024). Mantemos nossa compreensão de que essa normativa não enfrenta questões candentes da formação docente e é carregada equívocos e de polêmicas, entre eles: separação entre formação inicial e continuada de professores(as); equívocos na compreensão da extensão na formação, indicada para que ocorra somente em escolas; reducionismo do papel da pesquisa na formação; lógica reducionista e pragmática dos estágios, ao indicarem que devem ocorrer desde o começo do curso; retirada do componente formativo “prática como componente curricular” (PCC); secundarização do papel dos fundamentos da educação e da instituição formadora e centralismo da escola como responsável pela formação de professores. Por outro lado, essa Resolução (Brasil, 2024b) anuncia mudanças para as licenciaturas à distância, exigindo parte da carga horária presencial, o que tem preocupado e desagradado alguns grupos.

A formação e trabalho docente são temas de alguns dos artigos desta edição, assim como outros candentes da educação, conforme descrevemos na sequência.

Compõem esse segundo número de 2024 da Revista Perspectiva, além dos sete artigos do dossier **Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas, o trabalho e as políticas públicas**, organizado por Maria Hermínia Lage Laffin

(UFSC) e Samira de Moraes Maia Vigano (UDESC), outros sete artigos de demanda contínua.

Os pesquisadores Ricardo Nascimento de Oliveira e Daniel Mill, ambos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), abordam em seu artigo um tema muito atual e que precisa ser ainda melhor compreendido: os impactos do teletrabalho docente. No artigo intitulado **Teletrabalho docente na cultura digital: reflexões sobre as fronteiras entre a vida profissional e privada**, os autores investigam as mudanças sociais vividas a partir do uso intensivo de dispositivos digitais e sua repercussão no trabalho docente. Os resultados apontam para a precarização de direitos influenciada pela infraestrutura capitalista, assim como indicam a importância do direito à desconexão e a conscientização da classe docente em favor da luta por melhores condições de trabalho.

O artigo **Intervenção etnográfica participativa no Ensino Médio: a incorporação de blogs e tecnologias digitais na prática pedagógica de Língua Portuguesa em escolas públicas**, de Claudia de Faria Barbeta, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), apresenta uma pesquisa fundamentada em uma abordagem etnográfica colaborativa, com bases teórico-metodológicas da Linguística Aplicada, em que se trabalhou com um professor de terceiro ano do Ensino Médio. O interesse principal de investigação foi o de analisar práticas pedagógicas com textos multimídia, para o letramento digital. Para a autora, os resultados apontam para a valorização de uma integração de tecnologias em sala de aula e de uma formação continuada de professores no ensino de língua portuguesa.

Também sobre o Ensino Médio, o artigo **Novo ensino médio: os itinerários formativos na rede de ensino do Espírito Santo**, de Eliza Bartolozzi Ferreira, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e de Kefren Calegari dos Santos, do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), aborda a organização dos itinerários formativos feita pela Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo. O retrato apontado pela pesquisa revelou uma desigualdade de oferta dos itinerários, com algumas escolas ofertando o mínimo exigido pela legislação, mas várias outras ainda menos.

Um terceiro texto ainda aborda o ensino médio, agora na perspectiva dos cursos técnicos. Os pesquisadores do Rio Grande do Sul, Karla Pereira Rutz, da

Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e Rogerio Marques Cresseri, Maurício Ramos Lutz e Fábio Diniz Rossi, os três do Instituto Federal Farroupilha (IFFar), se debruçam sobre componentes curriculares relacionados à lógica de programação no artigo **Avaliando estratégias de ensino em lógica de programação para alunos do curso técnico em informática integrado ao ensino médio: uma análise dos docentes do IFFar**. Buscando compreender o tema a partir do olhar dos professores do curso, os resultados revelaram uma tendência positiva em relação à aplicabilidade de metodologias alternativas de ensino da lógica de programação.

Fontes bibliográficas e documentais são a base da pesquisa apresentada no artigo **Reconversão docente, formação neotecnicista, expropriação cultural e didática empreendedora**, de Kátia Regina Rodrigues Lima e Emmanoel Lima Ferreira, da Universidade Regional do Cariri (URCA), e de Patric Anderson Gomes da Silva e Mauricio de Oliveira Paula, da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Nele, tendo como base a análise de documentos como a BNC-Formação e a BNC-Formação Continuada, os autores fazem um alerta sobre a atual política educacional brasileira, que aponta para a precarização laboral e a mercantilização da educação, em um movimento neoliberal.

Carla Ireni Borges Rodrigues, Fernanda de Lima Pinheiro, Mayra da Silva Cutruneo Ceschini, Elena Maria Billig Mello, grupo de pesquisadores da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), propõem em seu artigo **A formação docente sob o enfoque da Abordagem do Ciclo de Políticas** uma reflexão sobre a existência de um potencial transformador da formação docente, com base na análise de políticas educacionais. Os resultados da pesquisa apontam para caminhos possíveis para a formação e seus processos.

Para encerrar esse número, no artigo intitulado **A atividade de estudo, a organização do ensino e as pesquisas brasileiras**, as pesquisadoras Andréia Paro do Nascimento e Sirley Leite Freitas, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), e Marli Lúcia Tonatto Zibetti, da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), propõem um estudo bibliográfico que discute “as origens, conceitos, objetivo, conteúdo e estrutura da Atividade de Estudo”, ou também chamada de Teoria da Atividade de Estudos. Segundo as pesquisadoras, essa Teoria, com seu referencial teórico desenvolvido por “pesquisadores soviéticos,

**Editoras Científicas**

Patricia Laura Torriglia

Jocemara Triches

Diana Carvalho de Carvalho

Juliana Cristina Faggion

Bergmann

e teve como base as concepções filosóficas do materialismo histórico dialético e da teoria Histórico-Cultural, da Teoria da Atividade e do Ensino Desenvolvimental”, tem sido cada vez mais utilizado nos últimos 10 anos no Brasil, especialmente em algumas regiões do país.

**Referências**

ANFOPE. Nota da ANFOPE sobre o Parecer CNE/CP Nº 4/2024. Anfope, abril, 2024. Disponível em: [https://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2024/04/Nota-Anfope\\_correcao\\_final.pdf](https://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2024/04/Nota-Anfope_correcao_final.pdf). Acesso em 01/05/2024

**BRASIL. Resolução CNE/CP n. 2, de 19 de fevereiro de 2002.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: CNE, 2002;

**BRASIL. Resolução CNE/CP n. 1, de 15 de maio de 2006.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. 2006b. Diário Oficial da União, Brasília, 16 mai. 2006b, Seção 1, 11p.

**BRASIL. Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: CNE, 2015a. Disponível em: <https://encurtador.com.br/cdhamL>. Acesso: 01/05/2024

**BRASIL. Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Diário Oficial da União, Brasília, 15 de abril de 2020, Seção 1, pp. 46-49 Brasília: CNE, 2019a. Disponível em: <https://encurtador.com.br/aqyA9>. Acesso: 01/06/2024

**BRASIL. Parecer CNE/CP n. 4/2024.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissional do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, de formação pedagógica para graduados não licenciados e de segunda licenciatura). Aprovado em 12/3/2024. Brasília: CNE, 2024a.

**BRASIL. Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Brasília: MEC, 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes-cp-2024>. Acesso: 01/06/2024

CARVALHO, Diana C. de; TRICHES, Jocemara; BERGMANN, Juliana C. F.; TORRIGLIA, Patricia Laura. Desastres ambientais: uma realidade que se faz cada vez mais presente. **Perspectiva**, [S. l.], v. 41, n. 3, 2023. DOI: 10.5007/2175-795X.2023.e96526. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/96526>. Acesso em: 13 jun. 2024.

IORIO, G. S.; MAGNO, L.; UMBUZEIRO, G. B. de F.. Mercantilização da Natureza e Acumulação Capitalista: o Licenciamento Ambiental em Minas Gerais. **Trabalho Necessário**, v. 20, nº 43, setembro/dezembro, 2022. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/54260/33224>. Acesso em: 05 jun. 2024

**REPPEd. Análise crítica da Rede Nacional de Pesquisa em Pedagogia (RePPed) do Projeto de Resolução do CNE n. 04/2024 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica.** 2024. Disponível em: [https://cd8e265c-22cc-4b75-9963-e157c08f9a54.filesusr.com/ugd/216dee\\_6737246d891b4b0db06f8694b6ed8388.pdf](https://cd8e265c-22cc-4b75-9963-e157c08f9a54.filesusr.com/ugd/216dee_6737246d891b4b0db06f8694b6ed8388.pdf). Acesso em: 10/07/24.

TRICHES, Jocemara; CARVALHO, Diana de C.; BERGMANN, Juliana C. F.; TORRIGLIA, Patricia L., Definindo o futuro da Educação para a próxima década: em discussão o Plano Nacional de Educação. **Perspectiva**, [S. l.], v. 42, n. 1, 2024. DOI: 10.5007/2175-795X.2024.e103172 Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/103172>.



<http://www.perspectiva.ufsc.br>